

Estados não apóiam cortes do Planalto

BRASÍLIA — O governo federal não terá o apoio dos governos estaduais na iniciativa de suprimir da nova Carta as conquistas sociais aprovadas no primeiro turno da constituinte. Enquanto o Planalto encaminhava uma articulação junto a suas lideranças no Congresso, no sentido de eliminar "excessos" como o turno de seis horas, 13 secretários de trabalho procuraram o presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, para marcar posição a favor dos ganhos conseguidos pelo trabalhador.

"Nós não poderíamos ter outro desejo, que não o de consolidar no segundo turno de votação as conquistas, ainda que tímidas, do primeiro", diz o secretário do Trabalho do Rio de Janeiro, Jorge Gama, ao salientar que essa é a posição do governador Moreira Franco. A defesa do turno de seis horas, da licença de 120 dias para a trabalhadora gestante, da licença-parteridade de oito dias, da redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais e da proibição da dispensa imotivada, expressa em documento entregue a Ulysses, é, na avaliação dos secretários, um compromisso permanente dos governos estaduais.

Documento — Além de Ulysses Guimarães, que visitaram não na condição de presidente interino da República, mas de presidente da Constituinte, os secretários de trabalho procuraram o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto; o líder do PFL na Câmara, José Lourenço; o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto; e o presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco. A todos entregaram a Carta de São Paulo, resultante de uma reunião, terça-feira à noite na capital paulista, do Fórum Nacional dos Secretários de Estado do Trabalho (Fonset).

Mais do que simplesmente firmar uma posição de independência, no tocante à defesa dos direitos dos trabalhadores aprovados pela Constituinte, os secretários analisam e criticam no documento a política econômica do governo, manifestando-se a favor da manutenção da Unidade de Referência de Preços (URP). "A economia está caminhando na direção inversa dos interesses do país", disse o secretário de Pernambuco, Luiz Romeo, ao presidente da Contag, José Francisco. "Temos uma política econômica antipaís, antipovo e antinação", sentenciou Romeo, que explicou depois ser esse o pensamento do governador Miguel Arraes. Segundo ele, a leitura por enquanto é de uma posição independente dos governos estaduais, o que a seu ver não deve causar espanto, já que o governo federal convive com posições divergentes dentro de sua própria equipe.

Mobilização — O documento também propõe a supressão, na nova Carta, dos artigos que excluem da possibilidade de desapropriação as terras chamadas produtivas, a manutenção da igualdade de direitos entre trabalhadores com vínculo empregatício e avulsos, e do parágrafo que remetê para lei complementar os direitos dos trabalhadores rurais, "em traamento desigual injustificável". Defende ainda que sejam mantidas a ampliação do direito de greve, a garantia de sindicalização para os servidores públicos e o princípio da unicidade sindical para a organização dos trabalhadores.

Segundo o presidente do Fonset — o secretário do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori — Ulysses prometeu reunir-se com o relator e seus adjuntos na sexta-feira, para colocar a preocupação dos secretário do trabalho e se pôs à disposição para que eles possam participar do processo constituinte, postulando mudanças. A mobilização do grupo durante o segundo turno ainda será decidida. "Por enquanto, trabalharemos nos estados, junto a entidades de trabalhadores, patronais e lideranças políticas, levando nossa posição."